

Moral, Capital Cívico e o Mal-Estar de Freud

Armando Mariante

Moral é o comportamento que você exige de si próprio, não por medo de ser punido ou frente a um olhar alheio, mas por conta, exclusivamente, de sua concepção sobre o que é permitido, o que é proibido ou o que é obrigatório nas diversas circunstâncias da vida.

Platão dizia que agir moralmente é levar em conta os interesses e direitos dos outros sem que os Deuses e os homens saibam.

O filósofo francês Andre Comte-Sponville sustenta que na solidão da moral, você vale única e exclusivamente pelo bem que faz ou pelo mal que se proíbe fazer sem qualquer benefício além de sua reservada satisfação.

A moral é, portanto, uma opção pela dignidade, sempre na primeira pessoa, válida, no entanto, para cada um de nós.

O capital cívico, ou capital humano, é a extensão da moral à coletividade. É o estoque de crenças e valores que estimulam a confiança e a cooperação entre pessoas. É, em suma, a propensão a acreditar no próximo, seja o passageiro do metrô a seu lado, o vizinho recém-chegado ou o caixa do supermercado.

A moral, no plano individual, e o capital cívico, no plano coletivo, estão fortemente imbricados e se retroalimentam.

O capital cívico, nesse sentido, pode ser compreendido como o estoque coletivo da moral numa sociedade.

Estudos diversos demonstram que os sentimentos individuais de moral e honestidade são contaminantes. Como variantes de um vírus – do bem ou do mal – eles proliferam aumentando ou reduzindo o estoque de capital cívico de uma sociedade.

Muitos lembrarão de uma propaganda de cigarro dos anos 70 feita por um jogador de futebol que concluía dizendo “quero levar vantagem em tudo”. Se avançar o sinal fechado, andar pelo acostamento, “molhar a mão” do guarda ou levar pequenas (ou grandes) vantagens ilícitas são práticas disseminadas e corriqueiras, o conceito de moral se deteriora e cai o estoque de capital cívico da sociedade.

Todos queremos ter moral e ser honestos, mas se nossas pequenas transgressões convivem bem com nossa autoestima e conseguimos “preservar” nosso sentimento de que fomos eventualmente apenas “um pouquinho” desonestos (quantificação da desonestidade), então praticar pecados coletivos e com eles conviver passa a ser um padrão de normalidade.

André Lara Resende, num seminal artigo publicado no Valor (julho de 2015), sustenta que “a construção do capital cívico é um longo percurso”. A propensão a confiar e colaborar é um longo e delicado processo de construção histórica e pode, rapidamente, sofrer reveses. O vírus da desconfiança é contagiante como uma infecção e a reconstrução do capital cívico é sempre um árduo caminho.

Na fotografia global do capital cívico, o Brasil não fica bem. Dados do *World Values Survey* de 2018 revelam que, em resposta a uma pergunta sobre confiança nas pessoas em geral, apenas 6,5% dos consultados no Brasil responderam positivamente. Esse deprimente índice contrastava vivamente com o encontrado em países como EUA (37%), Suécia (63%) e mesmo com o índice médio de América Latina (16%). Tais dados contrastam também, de forma paradoxal, com outro: sucessivas pesquisas realizadas ao longo dos anos revelam, com muita regularidade, que a esmagadora maioria dos brasileiros se sente feliz e satisfeita com a vida. Em 2020, em plena pandemia, a pesquisa *Global Happiness*, do Instituto Ipsos, atestou mais uma vez o sentimento de satisfação com a vida predominante entre os brasileiros.

Esse paradoxo entre capital cívico baixo e autoestima alta é analisado por Eduardo Giannetti em seu livro *O Elogio do Vira-lata* (2018). Giannetti sustenta que, de um lado “aos seus próprios olhos, cada indivíduo é bom, progressista e gostaria de dar um jeito no País”. Por outro lado, “enquanto clamamos pela conquista da justiça e eficiência, enquanto sonhamos (...) com um lugar no primeiro mundo, vamos tropeçando coletivamente, como sonâmbulos embriagados, rumo ao Haiti”. Em suma, a generosa autoimagem que cada brasileiro tem de si mesmo não “fecha” com sua percepção acerca dos outros; não bate com a realidade plena de problemas e dificuldades, com o “todo melancólico e exasperador chamado Brasil”, alerta Giannetti.

Giannetti acrescenta ainda que “o teor das expectativas que temos quanto aos demais é um patrimônio de incomensurável valor. A dilapidação gradual desse patrimônio por meio de grande número de “saques a descoberto” contra o estoque coletivo de confiança interpessoal reduz dramaticamente o leque de oportunidades de cooperação proveitosa, tanto na esfera privada como no espaço público da

política e das relações comerciais e de crédito”. Em outras palavras, o convívio com pequenas transgressões parece ser, de fato, contaminante.

André Lara Resende, ainda em sua matéria de 2015, faz referência a Keneth Arrow, economista e matemático, Prêmio Nobel de economia, que em seu livro *Social Choices and Individual Values*, sustenta que toda transação comercial tem embutida em si um elemento de confiança (capital cívico). A falta de confiança nas relações econômicas e sociais contribuem fortemente para a deterioração do funcionamento da sociedade e “muito do atraso econômico do mundo se deve à falta de confiança mútua”.

O capital cívico está diretamente relacionado à educação e à existência de sistemas de proteção social, renda mínima e educação voltados aos menos favorecidos. Tais estruturas sociais de dignidade são fundamentais para o cultivo da moral e do capital cívico. Não são suficientes, mas, certamente, são necessárias para lubrificar as engrenagens do bom funcionamento de uma sociedade; de um contrato social sustentável, como observado pelas lentes de Hobbes, Locke e Rousseau. Ao fim e ao cabo, o que é a civilização senão uma massa crítica de capital cívico que viabiliza e preserva um contrato social?

Abhijit Banerjee e Esther Duflo, professores do MIT, agraciados com o Prêmio Nobel de economia de 2019 por suas pesquisas sobre pobreza, sustentam em seu livro *Poor Economics* que um desenvolvimento sustentável requer mão de obra e inteligência, mas a “decolagem” tem mais chances de ocorrer se mulheres e homens receberem educação minimamente decente, forem bem alimentados e saudáveis, e se sentirem confiantes o suficiente para investir na formação e educação de seus filhos. Alertam os autores que a espera pela decolagem precisa ser suportável. Se a miséria persistente prevalecer e a frustração e o desalento assumirem o controle, a decolagem dificilmente será viável.

Um contrato social implica, por definição, pacto, parceria entre indivíduos, empresas, sociedade civil e estado para desenvolver e preservar sistemas de benefícios coletivos. Ora, um pacto dessa magnitude só é sustentável se feito entre indivíduos que tenham esperança em relação ao futuro e preocupação genuína com o bem-estar dos outros. Adam Smith sustentava, em seu livro *The Theory of Moral Sentiments* (1759), que a solidariedade social fomentada pela empatia tem sólidos fundamentos morais, políticos e econômicos.

A civilização sempre se defrontou com essa questão complexa. Ela segue como seu mais gigantesco desafio.

Bismarck é considerado o precursor dos sistemas de proteção social. Em 1889, o chanceler escreveu carta ao parlamento alemão declarando que “aqueles que são impedidos de trabalhar por idade ou invalidez têm o direito de receber cuidados do Estado”. Estabeleceu-se um sistema de seguro para aposentadorias e doenças na Alemanha. Desde então, sistemas de proteção social se disseminaram mundo afora e têm sido aperfeiçoados e robustecidos. No entanto, por causas diversas, essas ferramentas foram enfraquecidas nos últimos tempos numa escala planetária. A pandemia contribuiu para a deterioração.

Dados de 2021 (OMS) falam por si: cerca de 3,3 bilhões de pessoas viviam com menos de USD5,50 por dia, (valor da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial), 1,8 bilhão, com menos de USD3,20 por dia, e 700 milhões (9% da população mundial), em situação de extrema pobreza (menos que USD1,90 por dia). Por outro lado, no “andar de cima”, os 10 homens mais ricos do planeta tinham 6 vezes mais riqueza que os 3 bilhões mais pobres. São indicadores de que as coisas não andam bem. Como já ressaltava Francis Fukuyama em seu famoso artigo *The Future of History*, de 2012, “*something strange is going on in the world today*”. Ele profetizava há 10 anos atrás, que “temos muitas razões para acreditar que a desigualdade vai piorar e que a concentração de renda nos Estados Unidos já se tornou “*self reinforcing*”.

Com efeito, hoje, na maior economia do planeta, cerca de 17% dos cidadãos são pobres e mais de 60% da população depende do salário para pagar suas contas do mês.

Na América Latina, entre 2014 e 2021, a pobreza saltou de 16 para 23,7%, de acordo com dados do IBGE compilados pela PUC-RS. O estudo aponta que todos os estratos de renda experimentaram contração em seus rendimentos, mas a queda foi mais expressiva justamente entre os mais pobres.

No Brasil, pesquisa da FGV Social revela que 36% das famílias padeciam de insegurança alimentar em 2021, o que fez com que o Brasil voltasse ao Mapa da Fome da ONU. Os 10% mais ricos têm 80% da riqueza total, o 1% mais rico detém 50%, e, inversamente, os 50% mais pobres têm 1%. Cerca de 20 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar grave.

Ora, difícil pensar em estoque elevado de capital cívico numa situação de desigualdade e desalento. A riqueza, nem de longe, produz, *de per si*, padrões elevados de moral; longe disso. A questão é que, não é, simplesmente, razoável esperar que pessoas em situação de fome ou insegurança alimentar confirmem elevada prioridade e sejam rigorosas quanto a seus padrões de moral. Igualmente,

peças sem acesso a uma educação básica minimamente razoável são também mais propensas a negligenciar critérios de moral.

A desigualdade muito acentuada e *self-reinforcing* (tomando emprestado o termo usado por Fukuyama), gera um esgarçamento do tecido social, aumenta a violência, impõe barreiras ao exercício da cidadania, reduz o potencial de crescimento econômico, enfraquece as instituições do Estado e produz um gigantesco desperdício de talentos.

No Brasil, a foto também não é boa na educação; a rigor, nunca foi. Segundo o economista Ricardo Henriques, apenas 65% dos jovens brasileiros lograram concluir o ensino básico antes dos 19 anos. Dentro do quartil de renda mais baixa, o índice cai para 50%. No ensino médio proporcionado pela rede pública, apenas 23% dos alunos concluintes tinham aprendizado adequado em língua portuguesa e apenas 4% em matemática. Na rede privada, a situação é um pouco melhor, mas não muito. Na pandemia, as coisas pioraram e, desgraçadamente, a cor continua estabelecendo vergonhosas diferenças: Crianças brancas analfabetas entre 6 e 7 anos passaram de cerca de 20% da população, em 2019, para 35% em 2021. As crianças negras analfabetas passaram de 28% para 45%, gigantesca perda de capital já contratada.

Há, portanto, muito a fazer em nossas terras. A mistura brasileira de alegria, cordialidade e autoestima são ímpares, mas, claramente, temos uma dívida histórica com a educação e uma distribuição de renda mais decente.

Precisamos eliminar nosso histórico paradoxo e aumentar nosso capital cívico, ou seja, aprimorar os mecanismos que nos permitam confiar mais no próximo.

O mais importante a fazer é investir sem tréguas em nossas crianças. Ainda hoje, o futuro de uma criança ao nascer é definido muitíssimo mais pelas condições de sua família do que pela genética ou qualquer outro fator. A falta de um mínimo de equidade nas condições iniciais do “jogo” da vida, limita desgraçadamente a capacitação dos mais desprovidos, polui irremediavelmente a convivência e o contrato social e produz, vale enfatizar, gigantesco desperdício de talentos. A profunda e persistente desigualdade no “início da partida” é a pandemia permanente do Brasil.

Michael Sandel, professor de Harvard, em seu livro *The Tyranny of Merit*, sustenta que o conceito da meritocracia é defeituoso e que a arrogância individualista dos bem-sucedidos que atribuem seu sucesso exclusivamente a si mesmos é pernicioso. A tendência a valorizar e endeusar os bem-sucedidos em detrimento dos que não lograram formação mais aprimorada ou sucesso profissional, está entre as causas de

ressentimento de parcela considerável da população. Segundo Sandel, a meritocracia individualista impulsionada pelo sistema econômico prevalente torna difícil enxergarmos a nós próprios partilhando um destino comum.

Como sublinhou Giannetti em 2016, ao final de seu livro *Trópicos Utópicos*, não temos que “nos resignar à condição de imitação desastrada ou cópia canhestra do modelo que nos é inculcado pelo “mundo rico”. A biodiversidade de nossa geografia e a sociodiversidade da nossa história são os principais trunfos brasileiros diante de uma civilização em crise”.

A propósito da civilização em crise, vale resgatar o alerta de Keneth Clark em seu livro *Civilization – A Personal View* (1979): “por mais complexa e aparentemente sólida que aparenta ser, a civilização é frágil e pode, de fato, ser destruída”.

Karl Popper argumenta em seu livro *The Poverty of Historicism* (1960), que “o progresso está longe de ser uma certeza; é apenas uma possibilidade. A razão não é parte da natureza humana, mas sim uma escolha que pode ensejar as condições para a tolerância e o império da lei. Não há garantias de escolhas acertadas e, tampouco, de um futuro feliz para a humanidade. Somente uma sociedade civilizada pode sustentar aperfeiçoamentos na condição humana”. Popper, claramente, se referia a capital cívico.

Yuval Harari conclui seu famoso *Sapiens* refletindo que somos deuses por mérito próprio e conclui: “Existe algo mais perigoso que deuses insatisfeitos e irresponsáveis que não sabem o que querem?”

E Freud, em seu clássico *O Mal-Estar na Civilização*, de 1929, escrito sob os escombros sociais da *Grande Guerra*, como chamam-na ainda hoje os franceses, investiga o conflito entre indivíduo e sociedade e suas diversas configurações na vida civilizada. Ele nos alertava que “a questão decisiva para a espécie humana é se ela poderá controlar as perturbações trazidas à vida em comum pelos instintos de agressão e autodestruição”, e conclui, “precisamente quanto a isso, os tempos atuais merecem um interesse especial”. A advertência de Freud estava contaminada por aquela época altamente conturbada mas cabe como uma luva nos tempos atuais.